

**Os argumentos mais usados nas redações produzidas pelos candidatos ao exame nacional do ensino médio (ENEM)**

***The most common arguments used on essays by national secondary education examination (ENEM) candidates***

Suzimara de Oliveira Dantas<sup>1</sup>  
Elisete Maria de Carvalho Mesquita<sup>2</sup>

Recebido em: 30/10/2019

Aprovado em: 08/06/2020

Publicado em: 30/06/2020

**RESUMO:** Este estudo visa a analisar os argumentos utilizados pelos candidatos que se submeteram ao processo de entrada no Ensino Superior, mais especificamente, no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (2017). Considerando que a prova de redação é exigida por todos os processos seletivos, seja ENEM ou vestibulares, ainda realizados por poucas Instituições de Ensino Superior brasileiras, podemos dizer que os alunos, de um modo ou de outro, serão levados a mostrarem sua capacidade argumentativa. Essa realidade nos leva a concluir que a capacidade argumentativa dos candidatos é imprescindível para uma boa produção escrita, principalmente. Para alcançar o objetivo proposto, nos apoiamos nos pressupostos teóricos de Adam (2008), Bakhtin (1979), Geraldi (1997), Travaglia (1991), dentre outros autores que tratam de questões relacionadas à produção de textos orais e escritos. Em consonância com a base teórica adotada, coletamos e analisamos um *corpus* mínimo constituído de 20 redações produzidas por estudantes que se submeteram ao ENEM (2017). Ao olharmos para esse *corpus*, percebemos que dentre os diferentes tipos de argumentos existentes, o de exemplificação e o de autoridade são os mais recorrentes, o que, acreditamos, se deve à maneira como as escolas ensinam os alunos a produzirem os textos (GERALDI, 1997).

**Palavras-chave:** redação; produção de textos; argumentação; ENEM; ensino; Língua Portuguesa.

**ABSTRACT:** *This study aims analyzing the arguments used by candidates to higher education, specifically to the National Secondary Education Examination (ENEM) candidates in 2017. Since the essay is required by all selection processes, whether it is ENEM or other entrance examinations which still are used by a few Brazilian Higher Education Institutions, it is possible to say that students are expected to show their argumentative skills. This reality leads us to conclude that argumentative capacity is indispensable for a good writing production. To reach our goal, we based this research on theories by Adam (2008), Bakhtin (1979), Geraldi (1997), Travaglia (1991), among other authors that deal with matters related to the production of oral and written texts. In accordance with the selected theories, we compiled and analyzed a corpus of 20 essays written by students that were candidates to ENEM in 2017. As we observed on this corpus, we could realize different types of arguments, in which exemplification and authority are the most recurrent. As we were led to conclude, these occurrences are due to the way schools teach students to produce texts (GERALDI, 1997).*

**Keywords:** *essay; writing; argumentation; ENEM; teaching; Portuguese language.*

1. Aluna do curso de Letras Língua Portuguesa com Domínio de Libras na Universidade Federal de Uberlândia. Membro não-bolsista do Programa de Educação Tutorial dos cursos de Letras (PET Letras UFU). ORCID: 0000-0002-8866-1457 E-mail: suzimara.dantas@hotmail.com

2. Professora Associada do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). ORCID: 0000-0001-5638-0039 E-mail: elismcm@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a argumentação, assim como os vários elementos que constituem uma redação, ganharam ainda mais visibilidade desde que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tornou-se o principal meio de ingresso no ensino superior público brasileiro. Nesse exame e também nos vestibulares ainda existentes no país, costuma-se atribuir muito valor à capacidade argumentativa dos candidatos-alunos. Tanto é verdade que a maioria desses processos exige que se produza um texto em que predomina o tipo textual argumentativo. Considerando essa realidade e o nosso interesse pela produção de textos escritos, é que decidimos realizar esta pesquisa que se pauta no seguinte objetivo: quantificar e analisar os argumentos mais utilizados nas redações produzidas por candidatos-alunos que se submeteram ao Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM/2017). Para isso, selecionamos e analisamos uma amostra mínima, constituída de 20 redações desse processo. Essa amostra, analisada qualitativamente, revela como os alunos de um cursinho popular preparatório da cidade de Uberlândia, Minas Gerais<sup>1</sup> lidaram com o tema a eles proposto.

Visando a atingir esse objetivo, dividimos este artigo em duas partes. Na primeira, fazemos a distinção entre tipos textuais e gêneros textuais/discursivos. Para isso, apoiamos-nos em Bakhtin (1997) e Marcuschi (2008), principalmente. A partir da discussão sobre tipos textuais e gêneros textuais/discursivos, tratamos da redação como gênero do discurso. Buscamos caracterizá-la de forma que pudéssemos afirmar que se trata de um gênero que tem forma e função definidas em contextos formatados pelas Universidades Brasileiras. Ainda nesta parte, no tópico “Argumentação”, discorreremos sobre o que é e quais são as exigências do ENEM ao cobrar do candidato-aluno argumentos que defendam um ponto de vista. Na segunda parte, nos dedicamos à análise dos dados obtidos a partir da seleção do *corpus* usado. Além dessas duas seções, apresentamos as considerações finais e as referências que usamos para a realização da pesquisa.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### Tipos X Gêneros

Esses dois conceitos, embora muito discutidos por estudiosos que assumem diferentes perspectivas teóricas, como Bakhtin (1997), Bronckart (1999), Marcuschi (2008), Adam (2008), Rojo (2000) e Travaglia (2007), por exemplo, ainda causam muitas

---

<sup>1</sup> Visando a obter resultados mais abrangentes, pretendemos estender o trabalho realizando a coleta e a análise de amostras mais amplas que incluam outras regiões do país. Levando em conta o caráter nacional que a prova tem e, conscientes da limitação do nosso *corpus*, entendemos que essa ampliação pode ser relevante e interessante.

dúvidas entre os alunos, principalmente. Algumas dessas dúvidas podem ser atribuídas ao fato de os professores de Língua Portuguesa, muitas vezes, apenas seguirem as regras impostas pelas gramáticas normativo-pedagógicas, alegando que dado conteúdo é ensinado em determinado ano escolar, porque o sistema escolar assim o exige. Afirmações como essas são comuns no meio educacional, como afirma Geraldini (1997), que correlaciona o ensino tradicional com mecanização ou “decoreba”, ou seja, um tipo de ensino que compromete o desempenho dos alunos. Esse tipo de ensino contribui para que aspectos relacionados ao uso do texto sejam deixados de lado, o que faz com que muitos alunos ao final da Educação Básica não tenham tido muito contato com os diversos gêneros que circulam em nossa sociedade.

Considerando que há razões que contribuem para que haja alguma confusão envolvendo as noções de gênero e tipo textual, neste tópico objetivamos definir e exemplificar esses conceitos, mostrando em que sentido eles se aproximam e/ou se distanciam. De modo geral, podemos iniciar essa discussão, afirmando que os gêneros discursivos<sup>2</sup> são produzidos no cotidiano, pois são frutos das atividades humanas. Possuem função comunicativa e por isso são infinitos. Tipos textuais, por sua vez, são caracterizados por traços linguísticos, por aspectos que podem ser identificados, levando-se em conta a organização interna do texto.

Para melhor fundamentar essas definições, consideremos o ponto de vista de Marcuschi (2008):

Tipo textual designa uma espécie de construção teórica {em geral uma sequência subjacente aos textos} definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo}. O tipo caracteriza-se muito mais como sequência linguística (sequências retóricas) do que como textos materializados; a rigor, são modos textuais. Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*. O conjunto de categorias para designar *tipos textuais* é limitado e sem tendência a aumentar. Quando predomina um modo num dado texto concreto, dizemos que esse é um texto *argumentativo* ou *narrativo* ou *expositivo* ou *descritivo* ou *injuntivo*.

Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações

---

<sup>2</sup>Rojó (2005) explica que gêneros discursivos e gêneros textuais são “vertentes que se encontram enraizadas em diferentes releituras da herança bakhtiniana, sendo que a primeira – **teoria dos gêneros do discurso**– centra-se, sobretudo no estudo das situações de produção dos enunciados ou textos e em seus aspectos sócio-históricos e a segunda – **teoria dos gêneros de textos** -, na descrição da materialidade textual. No primeiro caso, os autores de referência são, em geral, o próprio Bakhtin e seu círculo, além de comentadores como Holquist, Silvestre e Blank, Brait, Faraco, Tereza, Castro etc. No segundo, os autores de referência são, em geral, Bronckart e Adam. Entretanto, como aparato teórico para a descrição específica de exemplares nos gêneros, ambas as vertentes muitas vezes recorrem a um conjunto de autores comuns, tais como Charaudeau, Maingueneau, Kerbrat-Orecchioni, Authier-Revuz, Drucrot, Bronckart *et al.*(1985), Bronckart (1997), Adam (1992)”. (ROJO, 2005, p.185). Tendo como base essa distinção, neste artigo, adotamos a expressão **gênero do discurso**,

comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: *telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais* e assim por diante. Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas (MARCUSCHI, 2008, p. 154-155, grifos do autor).

Compreendemos, portanto, que os gêneros discursivos são inúmeros e os tipos textuais são limitados e que os gêneros são constituídos com a participação dos tipos, que podem estar todos presentes em um único gênero. Por exemplo, para os gêneros crônica, romance, fábula, piada, contos de fadas, entre outros, a tipologia textual predominante é a narrativa. Para os gêneros manifesto, sermão, abaixo-assinado, artigo de opinião, editorial, resenha, monografia a tipologia predominante é dissertativo-argumentativa. Para os gêneros seminário, palestras, entrevistas, enciclopédias é a tipologia expositiva que predomina. Para os gêneros propaganda, receita culinária, manual de instruções, entre outros, é a tipologia injuntiva. Mas essa predominância não impede que outros tipos, como o descritivo e o argumentativo, por exemplo, também tenham espaço nesses gêneros.

Bakhtin (1997) afirma que os gêneros recobrem uma vasta diversidade dos campos de atividade humana, sendo esses infinitos, pois a atividade humana também é inesgotável. Assim, para um bom funcionamento da comunicação, seja ela oral ou escrita, conceitos como o de língua, enunciado e gênero do discurso sempre estão estreitamente relacionados. O autor ainda ressalta que interagimos uns com os outros, falamos e escrevemos por meio de diferentes gêneros do discurso.

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolúvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 1997, p. 280).

Reconhecendo a complexidade intrínseca dos gêneros, Travaglia (2012) também apresenta um conceito para essas entidades:

O gênero se caracteriza por exercer uma função sociocomunicativa específica. Essas nem sempre são fáceis de explicitar. O gênero é um instrumento para a ação linguística na sociedade em situações tipificadas. Alguns exemplos de gêneros são: romance, novela, conto, fábula, apólogo, parábola, mito, lenda, caso, biografia, piada, notícia, certidão, atestado, mandado, procuração, artigo, tese, dissertação, resenha, tragédia, comédia, drama, farsa, auto, esquete, edital, convite, prece, oratório (sermão, discurso, etc.), didático, contrato, correspondência, denúncia, boletim de ocorrência, etc. (TRAVAGLIA, 2012, p.365).

As definições dadas por esses autores, juntamente com alguns exemplos, contribuem para que consigamos distinguir tipo textual e gênero discursivo mais facilmente. Por meio dessas definições também é possível perceber que o pensamento de Marcuschi (2008) alinha-se ao de Bakhtin (1997), que entende que o uso da língua, que se fundamenta em enunciados (orais e escritos), está relacionado com todas as atividades humanas.

Entendemos que essas distinções são relevantes, pois, ao definirmos de forma ampla que os tipos textuais são cinco ou seis<sup>3</sup> e que um gênero pode compor mais de um tipo, mas que sempre há um que vai predominar é possível alcançar uma boa compreensão sobre esses conceitos, a qual é extremamente significativa para os alunos, que necessitam chegar a esse conhecimento para se relacionarem melhor com a produção textual, muitas vezes solicitada nas aulas de Língua Portuguesa principalmente, na forma de “produção textual” ou “redação”.

Diante destas estreitas considerações, podemos dizer que é muito importante compreender o poder de alcance dos gêneros discursivos e as relações que eles estabelecem com os tipos, uma vez que os vestibulandos, na tarefa de produzirem uma redação, que satisfaça as exigências necessárias, devem ter claras essas diferenciações, pois elas podem ser determinantes para a escrita que se espera nesse contexto de produção.

### **A redação como gênero do discurso**

Conforme a concepção baktiniana de gênero, entendemos que o gênero nasce de uma necessidade humana em um determinado espaço sócio-histórico-cultural. Com base nesse entendimento, podemos pensar que os inúmeros gêneros que nos cercam são resultados de experiências das atividades humanas. Nesse sentido, cada gênero se baseia em um determinado contexto situacional, em que a estrutura e regras linguísticas são estabelecidas a partir da relação dialógica que se estabelece entre os interlocutores.

---

<sup>3</sup> Para Adam (1997), as seqüências ou tipos textuais são narrativo, argumentativo, explicativo, descritivo e a seqüência dialogal. Já para Bronckart (1999), os tipos textuais abrangem as categorias narração, argumentação, exposição, descrição e injunção.

Focalizando na redação do ENEM, podemos afirmar que ela se configura como um gênero discursivo, tendo em vista sua importância como principal meio de ingresso nas instituições de ensino superior. É notório, então, que a redação tem papel importante no que diz respeito ao ingresso no ensino superior. Todas as Universidades Federais do Brasil que adotam esse exame exigem a produção de uma redação, em que predomina o tipo dissertativo-argumentativo.

Esse modelo, idealizado pelo ENEM, conta com a participação de 59 Universidades federais brasileiras, sendo que 43 dessas instituições adotam o ENEM como única e exclusiva porta de entrada para a Graduação, ou seja, aproximadamente 73% das instituições federais de ensino superior brasileiras não utilizam mais o vestibular. Dentre aquelas que ainda realizam o Processo de Vestibular, destacamos a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Universidade de Brasília (UNB), que realizam além do ENEM seu próprio vestibular. No caso da UFU, por exemplo, na prova de redação, o candidato deve produzir uma redação que exige conhecimentos dos mais variados gêneros, como notícia, carta, resumo, texto de opinião, editorial, relato.

Algumas universidades adotam o processo seletivo seriado, em que é aplicada uma prova em cada etapa do ensino médio, como é feito na Universidade Federal de Lavras (UFLA), que tem o Processo Seletivo de Avaliação Seriado (PAS), sendo a última etapa o ENEM. A Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) possui o Programa de Avaliação da Vida (PAVE) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) oferece o Processo Seletivo Contínuo (PSC). Há também aquelas que são somente para cursos específicos, como é o caso da Universidade Federal Fluminense (UFF), que realiza a prova de redação apenas para o curso de medicina e da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI0), que exige a redação unicamente para os cursos de engenharia. Há, ainda, as que utilizam no vestibular a nota da redação do ENEM, tal como acontece na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), e na Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), apenas para cursos com habilidades específicas. Finalmente, há de se mencionar os casos da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que faz uso da redação do ENEM como critério de desempate no vestibular, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que possui o Processo de Ingresso Seletivo Misto (PISM), mas que não possui redação, e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que, em seu processo seletivo, apresenta na segunda fase uma prova de compreensão e produção de textos, com três questões discursivas que avalia a capacidade de o candidato produzir textos de diferentes gêneros.

Esses dados demonstram o quanto a noção de tipologia concorre com a noção de gênero, o que causa certo estranhamento, afinal os gêneros são atividades humanas, que

estão inseridas no nosso cotidiano. Assim, era esperado que o ENEM privilegiasse os gêneros e não os tipos textuais.

Independentemente do espaço que as noções de tipo e de gênero ocupem nos processos seletivos nacionais, fica claro que a redação possui sua importância, e devido ao seu papel relevante na sociedade, é cabível que a defendamos como um gênero discursivo como tantos outros que existem na nossa sociedade.

Considerando a relevância desse gênero nas esferas escolar-acadêmica, principalmente, é que fazemos, a partir desse momento, a distinção entre produção de texto e redação que, geralmente, são usadas como sinônimos, mas que, segundo Geraldi (1997), “nesta, produzem textos para a escola; naquela produzem-se textos na escola” (GERALDI, 1997, p. 193).

O autor afirma que a redação prioriza a reprodução, em que o aluno apenas cumpre uma tarefa escolar solicitada pelo professor. Já a produção de textos coloca o aluno como sujeito ativo, que participa de todo o processo de produção. Geraldi aponta alguns pontos necessários ao se produzir um texto

Por mais ingênuo que se possa parecer, para produzir um texto (em qualquer modalidade) é preciso que:

- a) se tenha o que dizer;
- b) se tenha uma razão para dizer o que se tem a dizer;
- c) se tenha para quem dizer o que se tem a dizer;
- d) o locutor se constitua como tal, enquanto sujeito que diz o que diz para quem diz;
- e) se escolham as estratégias para realizar (a), (b), (c) e (d) (GERALDI, 2003, p. 137).

Portanto, em se tratando de produção textual, é necessário que o aluno tenha objetivos específicos para a escrita, e é o que geralmente não se vê nas escolas, pois, na maioria das vezes, os alunos são levados a produzirem textos para que os professores possam simplesmente, corrigir os erros gramaticais. Para que se cumpra com o proposto por Geraldi (1997), é preciso que as escolas, ao solicitarem aos alunos que façam uma produção de texto, que ela seja lida por outras pessoas, que tenha um objetivo, que possa ultrapassar os muros da escola, pois isso também trará motivação para escrever, pois o autor precisa se sentir como “autor”, de fato, da sua produção, dentro de uma situação real de comunicação.

Brito (1997, *apud* CRUZ, 2005, p. 24) também faz afirmações referentes ao modo como se estabelece a redação no meio escolar. Segundo essa autora, “a prática de produção de texto está bastante relacionada à norma, principalmente, aos aspectos da ortografia, concordância e regência. Enfim, “ensina-se redação apenas para fixar a norma, ainda que nem sempre se assuma explicitamente esta perspectiva” (BRITO, 1997, p.108).

Com base nessas considerações, entendemos a redação, como trabalhada nas escolas, como sendo apenas um exercício que objetiva avaliar a capacidade de escrita de cada estudante, como acontece nos vestibulares e no ENEM. Desta forma, o aluno usa mecanismos que vão lhe oferecer apenas o necessário para alcançar a nota desejada, seja para passar de ano na escola, seja para ingressar no ensino superior.

**Quadro 1:** Redação X Produção de Texto

<b>Redação</b>	<b>Produção de Texto</b>
Remete diretamente à prova do processo.	É geralmente associada ao tratamento de diferentes temas.
São apresentadas técnicas para que se possa elaborar a redação.	É trabalhada como uma prática social, integrando a vivência do aluno à sala de aula.
Costuma se restringir a três tipologias: dissertação, narração e descrição.	Apoia-se nos diferentes gêneros que circulam na sociedade.
A nota é o fator mais importante, pois garante uma vaga no ensino superior.	É dinâmica e aplica a produção de discursos, pois é visto como um exercício que contribui para se ter um olhar crítico sobre os fatos e uma melhor interpretação dos variados discursos que circulam no dia a dia.
É um produto pronto e acabado	É um processo que também envolve a auto avaliação.
Faz-se apenas para a escola e/ou professor	Não se restringe aos muros da escola.

**Fonte:** elaborado pelas autoras.

Com base nesse quadro, é possível percebermos alguns aspectos que caracterizam a redação e a produção de textos. O olhar para esse quadro nos faz refletir, também, sobre o espaço ocupado por essas atividades na sala de aula. Se considerarmos que os alunos estão, ainda, muito preocupados em seguirem o “esquema” proposto para passarem no vestibular e os professores, assim como as instituições, em ter o “mérito” de que seus alunos são aprovados nos exames, podemos afirmar que durante a Educação Básica, principalmente no Ensino Médio, os alunos fazem muitas redações e produzem poucos textos.

Além disso, o sistema educacional mecaniza os discentes para que usem argumentos considerados mais relevantes, que darão mais ênfase ao texto, para que assim, a banca examinadora perceba que esse aluno tem um conhecimento interdisciplinar. É o que se verifica com a exigência de citações, que mencionam filósofos, sociólogos, grandes estudiosos ou pessoas de grande influência de áreas diversas, que dialogam, de alguma forma, com o tema abordado. Com essas citações, tanto professores quanto alunos acreditam que a nota da redação será, no mínimo, satisfatória.

## Argumentação

Poderíamos dizer que, quando se trata de redação, nos moldes do ENEM, por exemplo, a principal preocupação dos estudantes é com a argumentação. As exigências relativas ao poder argumentativo se revelam na Cartilha do candidato – manual de redação - (BRASIL, ENEM, 2017, p. 7) “Nessa redação, você deverá defender uma tese – uma opinião a respeito do tema proposto –, apoiada em **argumentos** consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual”.

A cartilha ainda apresenta mais informações a respeito de como essa argumentação deve ser realizada. Como é mostrado na terceira competência:

Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista. [...] O terceiro aspecto a ser avaliado é a forma como você, em seu texto, seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do ponto de vista escolhido como tese. É preciso, então, elaborar um texto que apresente, claramente, uma ideia a ser defendida e os argumentos que justifiquem a posição assumida por você em relação à temática da proposta de redação. (BRASIL, 2017, p. 19).

O candidato-aluno, ao se deparar com essas afirmações, conhecendo bem a definição de argumentação, logo percebe que se trata de um texto em que se deve ter criatividade e um conhecimento abrangente para alcançar tal objetivo. Assim, para que faça uma argumentação consistente, é necessário que o candidato-aluno busque em seu conhecimento de mundo algo que se relacione com o tema proposto, que esteja de acordo com a sua posição estabelecida e que ainda dê credibilidade ao texto para assegurar que consiga, com isso, o convencimento do leitor.

O manual ainda expõe uma concepção sobre argumentação que diz “ARGUMENTOS – É a justificativa para convencer o leitor a concordar com a tese defendida. Cada argumento deve responder à pergunta “por quê?” em relação à tese defendida” (BRASIL, 2017 p. 18). Com base nesses breves exemplos, é possível perceber que na cartilha há orientações nas quais o candidato pode se apoiar para que atenda às recomendações propostas.

Em consonância com as noções que o Ministério da Educação (MEC) fornece, apontaremos, também, outras dimensões da argumentação na redação do ENEM. Para que isso aconteça, é fundamental que o candidato saiba que o texto deve fazer sentido para quem vai ler, tendo em vista que seus argumentos devem convencer o leitor de sua posição. Pensando dessa maneira, o candidato-aluno poderá produzir seu texto, priorizando técnicas e informações valiosas que o levarão a ser avaliado positivamente.

A argumentação, como já foi dito, é parte essencial do tipo dissertativo-argumentativo, e para que essa competência seja alcançada, alguns tipos de argumentos geralmente são usados. São eles, o argumento de autoridade, que cita alguma pessoa

importante da área. O argumento de raciocínio lógico, em que o candidato pode estabelecer uma relação de causa e consequência, baseando-se em seus conhecimentos. Portanto, para isso é necessário ter boas ideias e visão crítica referente ao assunto. Argumento de exemplificação, em que o candidato-aluno poderá ilustrar sua ideia com conhecimentos comuns, porém baseados em informações reais. Argumentos de provas concretas, que podem ser referidos com percentuais, dados estatísticos e demais fontes confiáveis. Argumentos de senso comum, que, normalmente, são incontestáveis, pois são fatos de conhecimento geral e aceitos por todos.

Com base nesses tipos de argumentos é que fizemos a análise do *corpus* selecionado para este estudo.

## RESULTADOS E ANÁLISE

O *corpus* mínimo para a análise é constituído de redações que os próprios candidatos aceitaram ceder para a pesquisa, com o acordo de que nenhum nome seria revelado, e que apenas o texto seria relevante para a pesquisa. Dentre os candidatos que nos cederam os textos, temos pessoas que ingressaram na universidade nesta última edição da prova (2017) e outras que ainda estão no cursinho preparatório, para o qual ministrávamos aulas.

Foram então coletados 20 textos, sendo todos do ano de 2017. Neste ano em questão, a redação do ENEM abordou, mais uma vez, um tema de ordem social: “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”. A proposta dispunha de quatro textos motivadores, sendo o primeiro um fragmento do capítulo IV do direito a educação; o segundo um gráfico do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), mostrando a queda nas matrículas dos alunos surdos na Educação Básica - Educação Especial, entre os anos de 2011 e 2016; o terceiro uma imagem com o dizer “Sou surdo e pós-graduado em marketing. E na sua empresa, tem espaço para mim? Trabalho não tolera preconceito. Valorize as diferenças”, e no quarto, uma resumida história de como os surdos começaram a ter o acesso à educação no governo de Dom Pedro I e sobre a sanção da Lei que oficializa a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como a segunda língua oficial do Brasil.

## Imagem1: Textos motivadores da redação do ENEM 2017

**TEXTOS MOTIVADORES**

**TEXTO I**

**CAPÍTULO IV  
DO DIREITO À EDUCAÇÃO**

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...]

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; [...]

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 9 jun. 2017 (fragmento).

**TEXTO II**

**TEXTO III**

Matrículas de Surdos na Educação Básica - Educação Especial

Ano	Classes comuns (alunos incluídos)	Classes especiais/escolas exclusivas
2011	25	9
2012	27	8
2013	25	7
2014	24	6
2015	22	5
2016	21	5

Fonte: Inep.

Disponível em: <http://servicos.pd4.rnp.br>. Acesso em: 9 jun. 2017 (adaptado).

**TEXTO IV**

No Brasil, os surdos só começaram a ter acesso à educação durante o Império, no governo de Dom Pedro II, que criou a primeira escola de educação de meninos surdos, em 26 de setembro de 1857, na antiga capital do País, o Rio de Janeiro. Hoje, no lugar da escola funciona o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). Por isso, a data foi escolhida como Dia do Surdo.

Contudo, foi somente em 2002, por meio da sanção da Lei nº 10.436, que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como segunda língua oficial no País. A legislação determinou também que devem ser garantidas, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva.

Disponível em: [www.brazil.gov.br](http://www.brazil.gov.br). Acesso em: 9 jun. 2017 (adaptado).

**Fonte:** Guia do Estudante. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/enem/tema-de-redacao-do-enem-2017-e-divulgado/>. Acesso em 25/02/2019.

É possível observar, em cada um dos textos motivadores, que o exame trouxe textos diversificados, leis, gráficos, imagens, que os candidatos devem fazer a interpretação delas, de forma que possam entendê-las para que o texto seja redigido de forma clara e objetiva, sem fugir do assunto proposto. Dado que, as provas seguem esse padrão de possuir diferentes tipos de textos para apresentar as informações sobre o assunto que será abordado, eles têm como propósito dar um pequeno auxílio que pode orientá-lo na hora de escrever. Contudo, é necessário seguir algumas exigências, de não fazer cópias e de não se restringir aos textos, todavia, outros mecanismos de compreensão e interpretação sobre o tema são relevantes para a elaboração da redação.

Podemos observar algumas das técnicas utilizadas e das diferentes formas que o candidato compreende os textos nos seguintes trechos:

**(Red. 01)**

“Nessa conjuntura, cabe ressaltar que a perpetuação de tabus e estereótipos dificulta o ingresso de surdos nas escolas, já que engrandece a falsa noção de inferioridade e incapacidade vinculada a essas pessoas portadoras de deficiências, conseqüentemente, engrandece a intolerância, fazendo com que estas sejam negligenciadas e violentadas devido a um pensamento inaceitável da sociedade. A respeito disso, o filósofo francês, Émile Durkheim, diz que a consciência coletiva deve resultar em uma consciência harmoniosa, no qual o respeito mútuo seja vigente.” (Argumento 1)<sup>4</sup>

“Além disso, a omissão do Estado ou sua atuação infeliz é outro entrave na educação de surdos no Brasil. Uma vez que o Artigo 28 responsabiliza o poder público pela oferta de ensino de Libras e pela oferta de educação bilíngue, em libras como a primeira língua. Sendo assim, o Governo, ao não cumprir tais deveres dificulta a educação de indivíduos com deficiência auditiva.” (Argumento 2.)

Neste trecho, produzido pelo candidato-aluno 01, vemos que foi usado mais de um tipo de argumento: o de autoridade, no final do primeiro trecho, quando aparece a voz de Émile Durkheim e o de raciocínio lógico, quando são apresentadas as dificuldades que as pessoas surdas enfrentam devido à conjuntura política que não dá a eles o apoio necessário e o argumento de provas concretas, referenciando o Estado e o Artigo 28.

**(Red. 05)**

“De fato, o acesso à educação pelos indivíduos surdos é assegurado pela Constituição de 1988 e pelo mais recente Estatuto da Pessoa com Deficiência. No Brasil, entretanto, há uma discrepância entre o que é defendido por tais instrumentos jurídicos e a realidade excludente vivida por essa população. Esses indivíduos sofrem, diariamente, com escassez de materiais didáticos adaptados e com a insuficiente formação de profissionais, que, muitas vezes são incapazes de oferecer uma educação em Libras. Além disso, grande parte dos brasileiros desconhece tais legislações, o que dificulta a inclusão plena dos deficientes auditivos e evidencia uma atuação negligente do Estado.” (Argumento 1)

“Ademais, de acordo com o pensador Vygotsky, o indivíduo é fortemente influenciado pelo meio em que está inserido, o que ressalta a importância de certos setores da sociedade, o exemplo de famílias e escolas, na formação cidadã dos brasileiros. Mesmo com essa ampla relevância, diante da persistência de atos discriminatórios contra os surdos no âmbito escolar, como a recusa de matrícula, a segregação em turmas especiais e o bullying, fica evidente o desrespeito, por parte de tais instituições, ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, documento que tipifica como crime qualquer comportamento intolerante contra os portadores de necessidades especiais, incluindo os surdos.” (Argumento 2)

No trecho do candidato-aluno número 05, tem-se em evidência o argumento de provas concretas, assim como foi feito pelo candidato-aluno 01 com o uso da Constituição, que consiste em assegurar o direito dos cidadãos. Além de fazer uso de outro pensador, Vygotsky, que também é influente no meio acadêmico e social, faz uso de seus pensamentos para estruturar sua tese.

---

<sup>4</sup> Considerando a estrutura do texto dissertativo-argumentativo, nos moldes do ENEM, é necessário que haja dois parágrafos de argumentação. Desta forma, enumeramos cada um dos vinte textos e separamos cada argumento como “um” e “dois” na mesma ordem que aparece na redação do candidato-aluno.

Já nos trechos produzidos pelo candidato-aluno 02, percebemos que o uso do argumento de provas concretas entra em evidência mais uma vez, devido ao uso da Constituição e junto a isso o candidato-aluno apresenta as dificuldades acerca do ingresso da pessoa surda em instituições escolares.

Vemos, também, um argumento de autoridade, citação de Sócrates, que devido à sua influência na sociedade, tem expressões que podem ser usadas em diversos contextos:

**(Red. 02)**

“Apesar de a Constituição Federal assegurar que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)”, fica claro que não existe uma igualdade dentro do sistema educacional. Os professores não estão aptos a linguagem de sinal, dificultando o ensino. Além de muitas vezes a escola recusar a matrícula do aluno, levando-o a se ingressar em instituições para surdos. Como consequência disso, o surdo se exclui socialmente, não ocorrendo a inclusão.”(Argumento 1)

“Neste contexto é importante salientar que, de acordo com o filósofo Sócrates, os erros são consequência da ignorância humana. Dessa forma podemos perceber, que apesar da Libras ser a segunda língua oficial do Brasil, a grande maioria da população não possui fluência.” (Argumento2)

Consideremos os trechos apresentados a seguir:

**(Red. 03)**

“Em primeiro plano, é possível perceber uma parcela de culpa do Estado nessa exclusão. Para Aristóteles, o papel do governante é gerir o espaço público visando ao bem comum. Nesse contexto, os representantes do povo brasileiro se afastam dessa função ao não priorizarem a implementação de políticas públicas voltadas para efetivar o direito à educação dos surdos, dificultando a formação cidadã e, conseqüentemente, inclusão social desse grupo. Por trás disso, encontram-se interesses eleitorais, afinal; do ponto de vista de um político, reformar uma estrada pode angariar muito mais votos do que fazer escolas adaptadas para surdos.” (Argumento 1)

“Ademais, os efeitos dessa inércia estatal são agravados pela mentalidade do povo brasileiro. Realmente, em meio a tantos problemas nacionais, o cidadão tupiniquim tende a valorizar questões econômicas e crises políticas em detrimento de algo como a formação educacional de pessoas com problemas auditivos. Isso se combina com uma ação midiática que praticamente ignora essa minoria. Portanto, sem informação e nem debates, tem-se uma inércia civil que colabora para a manutenção de uma ideia de escola que exclui os surdos.” (Argumento 2)

O candidato-aluno faz duas críticas: ao Estado e aos cidadãos. O primeiro por não cumprir suas funções governamentais e os segundos por não valorizarem e não reivindicarem seus direitos. Para isso, o candidato-aluno utiliza argumentos de exemplificação, baseados em contextos atuais. É possível perceber nesses e em outros exemplos a serem apresentados, que, embora a Constituição não seja mencionada, os argumentos sustentam o ponto de vista dos candidatos-alunos, pois eles são consistentes e plausíveis.

Observemos os trechos apresentados a seguir:

**(Red. 06)**

“A exclusão, já na educação básica, se reflete também no mercado de trabalho, onde empresas não contemplam os deficientes auditivos. Campanhas do Ministério do Trabalho discutem a importância da aceitação de pessoas com deficiência nas empresas.” (Argumento 1)

“Em 2002, foi assinada a lei que reconhece a Libras como segunda língua oficial do Brasil, no entanto isso não fez com que a inclusão de surdos na educação básica aumentasse.” (Argumento 2)

No caso dos trechos apresentados na redação de número 06, é claramente perceptível que o aluno não conseguiu ter um embasamento consistente para sustentar sua tese. Os argumentos ficaram vagos. No argumento 1 foi basicamente feita uma paráfrase de todo texto motivador, o que demonstra um despreparo em relação ao assunto proposto. Houve uma tentativa de uso do argumento de provas concretas, com a citação da promulgação da Lei, mas que ele não conseguiu dar continuidade na afirmação do seu ponto de vista.

**(Red. 08)**

“Com o avanço tecnológico advindo da Revolução Industrial no século XVIII, foram sendo feitas novas mercadorias de maneira rápida e eficaz e a partir desse tornou-se mais fácil o acúmulo de capital pelo Estado que poderá ser investido em sua população. Porém, grande parte do capital investido na educação não convém a suprir a necessidade daqueles que apresentam deficiência auditiva, torna-se, assim, difícil seu acesso a uma boa formação educacional.” (Argumento 1)

“Seguindo do mesmo contexto, com a grande evolução tecnológica, surge uma procura por trabalhadores especializados para ocupar cargos que antes não existiam. Porém, com a falta de investimentos na consolidação de profissionais surdos, fica difícil o acesso destes ao mercado de trabalho, ocorrendo assim uma alta taxa de desemprego para pessoas surdas.” (Argumento 2)

O candidato-aluno 08, por sua vez, seguiu uma linha de raciocínio um tanto diferente dos outros aqui analisados, uma vez que expõe apenas informações ligadas à questão do trabalho do surdo, à mão de obra, o que fez com que ele trouxesse como sustentação do argumento informações sobre a revolução industrial, argumento de exemplificação.

**(Red. 10)**

“Quando se é dito que você é surdo ou sofre de outra deficiência, todas suas habilidades perdem o foco, aos olhos do seu empregador. A sociedade Uberlandense sofre com esse problema social existe muitos surdos que não tem emprego, e não tem condição de comprar um aparelho auditivo, sua saída é vender balinhas ou jujubas nos ônibus ou terminais no centro da cidade.” (Argumento 1)

“A educação é para todos, não importa a cor, ou deficiência, mas nos últimos anos houve uma queda de frequência ou continuidade de pessoas surdas em escolas de ensino básico. Um dos motivos por abandono escolar é a discriminação, ou até mesmo a falta de comunicação, a linguagem de libras é a segunda oficial do Brasil, mas nem todos sabem falar ou dominam essa língua, o que acaba sendo um erro, se todos nós conhecesse haveria mais facilidade.” (Argumento 2)

**(Red. 11)**

“Há várias escolas sem infraestrutura para uma pessoa surda pois, não tem interprete de libras para ajudalo a entender as materias, os trabalhos etc.” (Argumento 1)

“Já que a libras é reconhecida como a segunda língua oficial do Brasil, não todo mundo mas professores, chefes de empresas, entre outros deveriam saber essa língua do que línguas estrangeiras.” (Argumento 2)

No exemplo apresentado, o candidato-aluno 10 demonstra pouco conhecimento das estratégias argumentativas, dado que utiliza informações do texto motivador e também de um conhecimento individual que não possui fonte fidedigna. Porém, mesmo com essas dificuldades, as questões levantadas se caracterizam como argumento de senso comum, pois as dificuldades e a discriminação são fatos de conhecimento geral, que não podem ser contestadas.

O candidato-aluno 11 também demonstra conhecimento precário dos tipos de argumentos. Portanto, não é possível sustentar uma tese com base nas informações por ele colocadas. Aparecem apenas argumentos de senso comum.

**(Red. 16)**

“Convém ressaltar, a princípio, que a má formação socioeducacional do brasileiro é um fator determinante para a permanência da precariedade da educação para deficientes auditivos no país, uma vez que os governantes respondem aos anseios sociais e grande parte da população não exige uma educação inclusiva por não necessitar dela. Isso, consoante ao pensamento de A. Shopenhauer de que os limites do campo de visão de uma pessoa determinam seu entendimento a respeito do mundo que a cerca, ocorre porque a educação básica brasileira é deficitária e pouco prepara cidadãos no que tange ao respeito às diferenças. Tal fato se reflete nos ínfimos investimentos governamentais em capacitação profissional e em melhor estrutura física, medidas que tornariam o ambiente escolar mais inclusivo para os surdos.” (Argumento 1)

“Em consequência disso, os deficientes auditivos encontram inúmeras dificuldades em variados âmbitos de suas vidas. Um exemplo disso é a difícil inserção dos surdos no mercado de trabalho, devido à precária educação recebida por eles e ao preconceito intrínseco à sociedade brasileira. Essa conjuntura, de acordo com as ideias do contratualista John Locke, configura-se uma violação do “contrato social”, já que o Estado não cumpre sua função de garantir que tais cidadãos gozem de direitos imprescindíveis (como o direito à educação de qualidade) para a manutenção de igualdade entre os membros da sociedade, o que expõe os surdos a uma condição de ainda maior exclusão e desrespeito.” (Argumento 2)

**(Red. 15)**

“O filósofo John Locke em sua tese contratualista afirma que o Estado deve fornecer os direitos básicos a população, sendo essa garantia prevista também no Artigo 5º da Constituição brasileira, que dá ao governo a responsabilidade de fornecer educação de qualidade a todos. Porém, na prática, boa parte das instituições educacionais não possuem professores treinados para lidar com crianças e adolescentes surdos e funcionários que saibam se comunicar em Libras e auxiliar os estudantes na compreensão dos conteúdos e realização das atividades propostas, situação que nivela os direitos a educação de qualidade de qualquer cidadão.” (Argumento 1)

“Além disso, parte da população não possui conhecimento sobre o código civil brasileiro e quais são as garantias contidas em lei, como é o caso de famílias que tem jovens surdos e necessitam de tratamento com fonoaudiólogo e com educadores especiais que são dados de graça pelo governo. Contudo, muitos acabam pagando médicos e escolas particulares por falta de instrução de seus direitos.” (Argumento 2)

Os candidatos-alunos 15 e 16 mencionam em seus argumentos o filósofo John Locke. O primeiro (Red. 15) fala sobre os direitos básicos e cita a Constituição, que fundamenta informações referentes a garantias estabelecidas por lei aos cidadãos. Já no segundo trecho (Red. 16), o candidato faz uso do mesmo pensador, usando a mesma ideia, referente à garantia dos direitos, porém explicita mais as questões da educação e das condições da pessoa surda.

Mais uma vez o argumento de exemplificação é utilizado, visto que os candidatos-alunos citam um artigo da constituição para comprovarem a falta de conhecimento por parte de algumas pessoas, além da falta de qualificação dos profissionais para atender a esses alunos.

**(Red. 18)**

“Atualmente, a escassez de profissionais capacitados atuando ativamente dentro das salas de aulas com esses alunos, causa déficit no acompanhamento do conteúdo e atrasos perante os outros alunos. A falta de incentivos governamentais na área pedagógica especializada em libras e ensino especial faz crescer a falta de interesse de professores e diretores educacionais que, em determinados casos, precisam investir um valor significativo para suprir uma demanda relativamente baixa.” (Argumento 1)

“Tendo em vista as dificuldades sofridas para a conclusão do ensino médio, cerca de 70% dos alunos surdos não ingressam no ensino superior. Essa realidade, somada à baixa adesão do mercado de trabalho a vagas para deficientes, agrava os índices de desemprego entre pessoas com surdez, dificultando sua qualificação social e econômica.” (Argumento 2)

Já na ocorrência acima (Red. 18), podemos ver um argumento de provas concretas, em que o candidato-aluno faz uso de uma porcentagem, mas que não possui fonte, o que torna a informação pouco relevante e sem credibilidade. Ainda assim, os argumentos de senso comum garantem certa credibilidade ao texto desse candidato-autor.

Finalmente, apresentamos algumas ocorrências (Red. 20) em que o estudante fez uso do argumento de exemplificação e de autoridade, conseguindo dar consistência a seus argumentos.

**(Red. 20)**

“É indubitável, de fato, que muitos avanços já foram conquistados no que tange à efetivação dos direitos constitucionais garantidos aos surdos brasileiros. Pode-se mencionar, por exemplo, a classificação da Libras – Língua Brasileira de Sinais – como segundo idioma oficial da nação em 2002, a existência de escolas especiais para surdos no território do Brasil e as iniciativas privadas que incluem esses cidadãos como participantes de eventos – como no caso da plataforma do Youtube Educação, cujas aulas sempre apresentam um profissional que traduz a fala de um professor para a língua de sinais. Apenas medidas flagrantemente pontuais como essas, contudo, são incapazes de tornar a educação de surdos efetiva e acessível a todos que necessitam dela, visto que não só a maioria dos centros educacionais está mal distribuída no país, mas também a disponibilidade de professores específicos ainda é escassa, além de a linguagem de sinais ainda ser desconhecida por grande parte dos brasileiros.” (Argumento 1)

“No que tange à sociedade civil, nota-se a existência de comportamentos e ideologias altamente preconceituosas contra os surdos brasileiros. A título de ilustração, é comum que pais de estudantes ditos “normais” dificultam o ingresso de alunos portadores de deficiência auditiva em classes não específicas em classes não específicas a eles, alegando que tal parcela tornará o “ritmo” da aula mais lento; que colegas de sala difundem piadas e atitudes maldosas e que empresas os considerem inaptos à comunicação com outros funcionários. Essas atitudes deploravelmente constantes no Brasil ratificam a máxima atribuída ao filósofo Voltaire: “Os preconceitos são a razão dos imbecis”.” (Argumento 2)

Apresentamos, no quadro a seguir, os resultados obtidos a partir da análise das vinte redações coletadas.

**Quadro 02:** número-percentual e tipos de argumentos usados pelos candidatos-alunos.

Tipos de Argumentos	Quantidade e Percentual
Autoridade	15 - 39%
Exemplificação	16 - 41%
Evidência	03 - 08%
Senso Comum	04 - 10%
Causa e Consequência	01 - 02%
Total	39 - 100%

**Fonte:** elaborada pelas autoras.

Considerando os vinte textos analisados, observamos que quinze (39%) dos argumentos apresentaram citações de pessoas influentes, e que dezesseis (41%) tratam da Constituição ou do Estado para se referirem ao direito à educação. Os demais (20%) apresentam citações diversas, moldadas nos textos motivadores, que os levam a usarem argumentos de evidências, de senso comum ou de causa e consequência, os quais apresentam informações ou conhecimentos comuns de situações reais, como no caso das dificuldades que as pessoas surdas enfrentam no âmbito educacional e corporativo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerarmos todos os fragmentos apresentados e outros não reproduzidos neste artigo, podemos afirmar que os argumentos de autoridade e de exemplificação são as estratégias mais usadas pelos candidatos-alunos inscritos no cursinho popular de Uberlândia, Minas Gerais que se submeteram ao ENEM (2017).

Acreditamos que os candidatos-alunos preferem esses tipos de argumentos, porque entendem que eles dão a credibilidade necessária ao texto. Além disso, parece que eles entendem que a citação de determinados estudiosos e/ou pensadores, que têm muito prestígio na sociedade, pode contribuir para que eles tenham mais chances de se destacarem e alcançarem uma nota satisfatória no processo. As referências à Constituição Brasileira, também muito recorrentes nos textos analisados, foram usadas como forma de atestar a garantia que todos os cidadãos têm. E, em se tratando de um assunto social, que envolve um sujeito que perante a Lei tem os mesmos direitos que alguém sem nenhuma deficiência (não ferir os direitos humanos), o candidato já tem uma linha a seguir, que se relaciona às formulas empregadas nas instituições.

A redação, portanto, por ter esse caráter avaliativo, leva os alunos a se prepararem para a escrita de modo a atender todas as normas. Desse modo, não é raro encontrarmos muitos textos com citações parecidas. Acreditamos que isso não é questão de mera coincidência, mas sim, de um sistema que dá “a receita do bolo” e os alunos

simplesmente a reproduzem. Essa realidade contribui para que tenhamos uma espécie de decoreba de citações que, muitas vezes, não têm um significado e nem mesmo se relacionam ao contexto de produção.

Considerando que neste cursinho, em que foram recolhidos os textos, todos<sup>5</sup> alunos são de escolas públicas de Uberlândia, e sabendo que o currículo das instituições não prioriza o estudo dos gêneros do discurso, se faz cada vez mais necessário nas escolas de Educação Básica, principalmente, o estudo dos gêneros do discurso nas aulas de Língua Portuguesa, e também de outras disciplinas. Talvez, o aprofundamento nesses estudos possa fazer com que os alunos compreendam a escrita como um processo, uma prática social que poderá ajudá-los não somente a conquistar uma vaga em um curso de graduação, mas a desempenharem um papel cidadão realmente importante, na vida.

## REFERÊNCIAS

ADAM, J-M. **A Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL/MEC/SEB. **A redação no ENEM 2017: Guia do Participante**. Brasília: O Instituto, 2017. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2017/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2017.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf). Acesso em: 18 de abr. de 2019.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/ Semtec, 2000.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. São Paulo: PUCSP, 1999.

CRUZ, M. C. (Org.). **A produção textual no nível médio: Uma Análise das Condições de Produção**. 2005. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/mccruz.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

GERALDI, J.W. (Org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

GERALDI, J.W. **Portos de Passagem**. São Paulo: Martins, 2003.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

---

<sup>5</sup> Por se tratar de um cursinho pré-vestibular e pré-ENEM popular, em que não são cobradas mensalidades, visando o ingresso no Ensino Superior de pessoas menos favorecidas, um dos critérios é que os alunos tenham estudado ou estejam estudando em escolas públicas.

DANTAS, S.O.; MESQUITA, E.M.C.

ROJO, R. (org.). **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs.** Campinas, SP: Mercado de Letras – Educ, 2000.

ROJO, R. (org.). **Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas.** In J. L. Meurer, A. Bonini, & D. Motta-Roth (Org.), *Gêneros: teorias, métodos, debates.* São Paulo: Parábola. 2005.

TRAVAGLIA, L. C. **Aspectos da pesquisa sobre tipologia textual.** Revista de Estudos da Linguagem. UFMG, vol. 20, n. 2. 2012.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Vestibular tradicional.** Brasília, DF. c2016. Disponível em: <https://www.unb.br/graduacao2/formas-de-ingresso/590-formas-de-ingresso?menu=434>. Acesso em: 17 de jun. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ. **Vestibular 2019.** Itajubá, MG. c2019. Disponível em: <https://unifei.edu.br/processos-seletivos/processo-seletivo-de-admissao/vestibular-2019/>. 17 de jun. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Coordenação Geral de Processos Seletivos | COPESE.** c2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/copese/vestibular-pism-2/vestibular-pism-edicoes-anteriores/vestibular-pism-2019/#concurso-vestibular-para-musica-2019>. Acesso em: 17 de jun. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **PAS – Processo de Avaliação Seriada.** Lavras, MG. [s.d.]. Disponível em: <https://ufla.br/pas-ufla>. Acesso em: 17 de jun. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Portal de Ingresso UFMS.** Campo Grande, MS. c2019. Disponível em: <https://ingresso.ufms.br/publicacao/2019/vestibular-ufms-2019-edital-de-abertura/>. Acesso em: 17 de jun. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Super PAVE. Edição Atual 2019.** Pelotas, RS. [s.d.]. <https://wp.ufpel.edu.br/pave/edicao-atual/>. Acesso em: 17 de jun. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Formas de Ingresso nos Cursos.** Recife, PE. c2019. Disponível em: <https://www.ufpe.br/formas-de-ingresso>. Acesso em: 17 de jun. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Processo Seletivo Vestibular 2019-2.** Uberlândia, MG. c2017. Disponível em: <https://www.portalselecao.ufu.br/servicos/Edital/cronograma/883>. Acesso em: 17 de jun. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Processo Seletivo 2019.2 – UNIFAP.** [s.d.]. Disponível em: <https://depsec.unifap.br/index.php?c=ps192>. Acesso em: 17 de jun. de 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **COMVEST - Comissão Permanente de Concursos. Processo Seletivo Contínuo – PSC.** Manaus, AM. c2005. Disponível em: <http://comvest.ufam.edu.br/psc.htm>. Acesso em: 17 de jun. de 2019.

**DANTAS, S.O.; MESQUITA, E.M.C.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Vestibular**. Curitiba, PR. c2019. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalfufpr/concursos/vestibular/>. Acesso em : 17 de jun. De 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Ingresso no curso de graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Campos - 2019 - 1º semestre**. Niterói, RJ. [s.d.]. Disponível em: <http://www.coseac.uff.br/fmc/20191/index.htm>. Acesso em: 17 de jun. de 2019.

**Como citar este artigo (ABNT)**

DANTAS, S.O.; MESQUITA, E.M.C. Os argumentos mais usados nas redações produzidas pelos candidatos ao exame nacional do ensino médio (ENEM). SELL, Uberaba, MG, v. X, n. X, p. XXX-XXX, 2019. Disponível em: <inserir link de acesso>. Acesso em: inserir dia, mês e ano de acesso. DOI: inserir link do DOI.

**Como citar este artigo (APA)**

Dantas, S.O. & Mesquita, E.M.C. (2020). Os argumentos mais usados nas redações produzidas pelos candidatos ao exame nacional do ensino médio (ENEM). SELL, X(X), XXX-XXX. Recuperado em: inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso. DOI: inserir link do DOI.